

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 22.723/17/3ª Rito: Sumário  
PTA/AI: 15.000037385-56  
Impugnação: 40.010141648-76, 40.010141649-57 (Coob.)  
Impugnante: Lorraine da Silva Gomes Duarte  
CPF: 086.469.426-19  
Maria de Lourdes da Silva Gomes (Coob.)  
CPF: 438.333.226-91  
Proc. S. Passivo: Carlos Eduardo Moreno Moreira/Outro(s)  
Origem: DF/BH-4 - Belo Horizonte

### **EMENTA**

**CRÉDITO TRIBUTÁRIO - NULIDADE - PROCEDIMENTO FISCAL IRREGULAR - ITCD - FALTA DE RECOLHIMENTO/RECOLHIMENTO A MENOR - INTIMAÇÃO IRREGULAR DO AIAF. Nos termos dos art. 70 e art. 89 do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos - RPTA, aprovado pelo Decreto nº 44.747/08, deve-se lavrar o AIAF, de forma regulamentar, para dar início à ação fiscal, e o Auto de Infração deve conter todas as informações necessárias de forma clara e precisa para seu entendimento. Havendo vícios nos documentos: AIAF e Auto de Infração, não há como considerar válido o lançamento sob o ponto de vista formal.**

**Declarado nulo o lançamento. Decisão unânime.**

### **RELATÓRIO**

Trata-se a acusação fiscal de falta de recolhimento do Imposto Sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD, referente a numerário recebido pelo Autuado em doações efetuadas por Maria de Lourdes da Silva Gomes (Coobrigado), no exercício de 2010, apurada mediante informações repassadas à SEF/MG pela Receita Federal através do Ofício nº 301/2012/SRRF06/Gabin/Ditec, de 06/03/2012, conforme fls. 07 dos autos.

Constatou-se, também, a falta de entrega da declaração de bens e direitos relativa à doação recebida, contrariando o disposto no art. 17 da Lei nº 14.941/03.

Exigências de ITCD, Multa de Revalidação, prevista no art. 22, inciso II e Multa Isolada capitulada no art. 25, ambos da Lei nº 14.941/03.

#### **Da Impugnação**

Inconformadas, a Autuada e a Coobrigada apresentam, tempestivamente e por procurador regularmente constituído, Impugnação às fls. 11/14, em cujas razões arguem, em síntese, que a doação objeto do presente lançamento encontrar-se-ia alcançada pela decadência em face do disposto no Inciso I do art. 173 do CTN,

considerando-se o termo inicial da contagem do prazo como sendo o primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, ou seja, segundo o entendimento das Impugnantes, o dia 1º de janeiro de 2011, uma vez que a data efetiva da ocorrência do fato gerador da exigência tributária teria sido no exercício de 2010.

Ao final, requer que seja declarada a decadência do Auto de Infração, com a consequente extinção do crédito tributário.

A Fiscalização apresenta Manifestação Fiscal às, fls. 41/55, refutando as alegações apresentadas pelo Impugnante e, ao final, protestando pela procedência do lançamento.

---

### **DECISÃO**

Inicialmente, cumpre esclarecer que as normas que disciplinam os procedimentos preparatórios para o início da ação fiscal se encontram estabelecidas no Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos de Minas Gerais (RPTA), aprovado pelo Decreto nº 44.747/08, com a seguinte redação:

Art. 69. Para os efeitos de documentar o início de ação fiscal, observados os modelos estabelecidos pela Secretaria de Estado de Fazenda, a autoridade lavrará, conforme o caso:

- I - Auto de Início de Ação Fiscal (AIAF);
- II - Auto de Apreensão e Depósito (AAD);
- III - Auto de Retenção de Mercadorias (ARM);
- IV - Auto de Lacração de Bens e Documentos (ALBD);
- V - Auto de Infração (AI), nas hipóteses do art. 74.

Assim, nos termos do disposto no art. 70 do RPTA, o AIAF é o instrumento próprio para requisitar ao sujeito passivo os documentos necessários ao exercício da ação fiscal, devendo conter a indicação do período e do objeto da fiscalização a ser efetuada. Veja-se:

Art. 70. O Auto de Início de Ação Fiscal será utilizado para solicitar do sujeito passivo a apresentação de livros, documentos, dados eletrônicos e demais elementos relacionados com a ação fiscal, com indicação do período e do objeto da fiscalização a ser efetuada.

Por outro lado, o art. 74 do RPTA estabelece as hipóteses em que a lavratura do AIAF será dispensada, quais sejam:

Art. 74. Nas hipóteses abaixo relacionadas o Auto de Infração documentará o início da ação fiscal, ficando dispensada a lavratura prévia do Auto de Início de Ação Fiscal, Auto de Apreensão e Depósito, Auto de Retenção de Mercadorias ou Auto de Lacração de Bens e Documentos:

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

I - constatação de flagrante infração à legislação tributária, bem como na fiscalização no trânsito de mercadorias;

II - em se tratando de crédito tributário de natureza não-contenciosa que independa de informações complementares do sujeito passivo para a sua formalização;

III - quando o obrigado deixar de entregar arquivos eletrônicos, ou entregá-los em desacordo com a legislação tributária;

IV - falta de pagamento do ITCDD, após decisão administrativa relativa à avaliação.

As normas referidas se encontram em consonância com o que disciplina o Código Tributário Nacional - CTN acerca das cautelas a serem observadas pelas autoridades fiscais quando do exercício do procedimento a ser instaurado visando à constituição do crédito tributário pelo lançamento, compreendido, segundo os termos do disposto no art. 142 d CTN, como sendo o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Nesse diapasão, o CTN assim dispõe acerca da matéria em seu art. 196:

Art. 196. A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, que fixará prazo máximo para a conclusão daquelas.

Parágrafo único. Os termos a que se refere este artigo serão lavrados, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados em separado deles se entregará, à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade a que se refere este artigo.

Ou seja, a autoridades tributária têm o dever de documentar o início do procedimento de fiscalização, fixando prazo máximo para a conclusão dos trabalhos, bem como, providenciar a efetiva entrega do termo de início dos trabalhos à pessoa sujeita ao procedimento fiscal.

Entretanto, da análise dos autos, depreende-se que não se está diante de quaisquer das situações descritas nos dispositivos legais referidos.

Com efeito, ao se analisar os Avisos de Recebimento – AR de nº JO 57821973-3 (fls. 08), recebido em 23/11/2016, e AR de nº JO 57821972-0 (fls. 09), sem comprovação de recebimento, constata-se que os conteúdos relacionados nos envelopes foram descritos como sendo: “AIAF, AI, DCT e 2 FLS ANEXAS”.

Nada obstante, ao se verificar o AIAF (fls. 02), se observa não haver registro da data efetiva na qual o documento foi declarado como recebido.

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Portanto, em princípio, os Sujeitos Passivos somente tiveram conhecimento da ação fiscal após a conclusão do lançamento tributário, propriamente dito.

Além desta constatação, verifica-se que, no relatório do Auto de Infração, não se indicou com precisão qual foi a UFEMG que teria sido utilizada para fins de conversão do valor das doações para se apurar o valor da base de cálculo, assim como a alíquota adotada, para se chegar ao valor do tributo devido, segundo o que se encontra informado no Demonstrativo do Crédito Tributário do Auto de Infração.

Não se indica no relatório do Auto de Infração nem mesmo os exercícios ou o elemento temporal no qual se apurou ter ocorrido o fato gerador do tributo. A informação somente pode ser deduzida a partir das informações contidas na Certidão/SUFIS, fls. 06, emitida em 28/09/2016.

Não resta dúvida de que normas procedimentais deixaram de ser observadas pela Autoridade Fiscal, maculando de vícios o lançamento em questão.

De fato, os vícios constatados na peça fiscal constituem empecilhos que prejudicam a compreensão acerca da dimensão da acusação fiscal, causado prejuízo ao exercício regular da ampla defesa e do contraditório por parte dos sujeitos passivos.

Ressalte-se, por fim, que a declaração de nulidade do lançamento não impede, *prima facie*, o saneamento dos vícios apontados, sendo facultado à Fiscalização renovar a ação fiscal e constituir o crédito tributário mediante novo lançamento, observado o quinquênio decadencial iniciado na data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado, conforme disposto no art. 173, inciso II, do CTN.

Diante do exposto, ACORDA a 3ª Câmara de Julgamento do CC/MG, à unanimidade, em declarar nulo o lançamento. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Alan Carlo Lopes Valentim Silva (Revisor) e Luciana Mundim de Mattos Paixão.

**Sala das Sessões, 18 de outubro de 2017.**

**Eduardo de Souza Assis**  
**Presidente**

**Geraldo da Silva Datas**  
**Relator**

MR